Seminário
REFLEXÕES SOBRE 1917:
Repensar um século de socialismo

Democracia Socialista

CADERNOS
OPÇÃO SOCIALISTA

Nº 3 • *OUTUBRO* 2017

Novas estratégias para o século XXI

Da Revolução de Outubro ao Ecossocialismo do século XXI
Michael Löwy

Espaços econômicos de subversão feminista?
Amaia Pérez Orozco

O comunismo em movimento
Catherine Samary

Novas estratégias para o século XXI

SUMÁRIO:

REFLEXÕES SOBRE 1917: REPENSAR UM SÉCULO DE SOCIALISMO	5
DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO AO ECOSSOCIALISMO DO SÉCULO XXI	7
ESPAÇOS ECONÔMICOS DE SUBVERSÃO FEMINISTA?(*)	12
O COMUNISMO EM MOVIMENTO	22

CADERNO OPÇÃO SOCIALISTA

Vereadora de Porto Alegre Sofia Cavedon
Deputado estadual Jeferson Fernandes
Deputado federal Elvino Bohn Gass
Deputado federal Pepe Vargas

Organização: Raul Pont
Revisão: Raul Pont e Marta Resing
Diagramação e editoração: Vanessa Vargas
Capa: Silvia Pont
Fonte: Viento Sur - uma revista política em formato impresso e web - http://vientosur.info/

REFLEXÕES SOBRE 1917: REPENSAR UM SÉCULO DE SOCIALISMO

A proposta do Seminário sobre 1917, repensar um século de socialismo, vem cumprindo o seu propósito. As primeiras edições deram conta da ideia de não ficarmos presos a uma visita histórica aos acontecimentos, mas, principalmente, tirarmos lições e aprendizados das experiências vividas.

O terceiro capítulo continua nessa direção. As questões de gênero e da ecologia não estavam presentes para a formulação teórica e a luta política no inicio do século XX como estão colocadas nas últimas décadas. Vimos que o 8 de março foi importante em Petrogrado no despertar das lutas sociais que depuseram o Czarismo, mas não tinha a dimensão e as implicações sociais que adquiriu nos últimos 50 anos. É impensável hoje um programa de transformações que não contenha o universo de questões que o feminismo trouxe para a luta política atual.

Da mesma forma, está cada vez mais evidente a contradição, o conflito entre o modo de produção capitalista e o meio ambiente. O caráter predatório no uso dos recursos naturais, a agressão permanente do mercado e da visão produtivista sobre as relações do homem com a natureza estão pondo em risco a existência de vida no planeta. Os desequilíbrios climáticos aparecem cotidianamente como uma consequência direta das ações humanas desastrosas das queimadas, do efeito estufa, da ocupação anárquica das grandes áreas de reserva ambientais ainda existentes demonstram que a luta anticapitalista incorpora, necessariamente, o componente ambiental e de uma visão ecológica do desenvolvimento.

Pensamos que o texto da ativista feminista Amaia Orozco, e o do sociólogo e cientista político Michael Löwy abordando o tema do ecossocialismo, nos ajuda muito nesse debate.

Por fim, a contribuição de Catherine Samary, também economista e ativista do Movimento de Mulheres, nos faz refletir sobre o caráter do permanente devir de uma sociedade pós-capitalista, onde não há hoje uma referencia pronta, estática, que sirva de referência, mas, muito mais, experiências históricas vividas e uma miríade de experiências em curso que possuem elementos, conteúdos e práticas políticas que estarão presentes nessa construção.

Boa leitura! Bom debate!

Sofia Cavedon
Jeferson Fernandes
Elvino Bohn Gass
Pepe Vargas

DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO AO ECOSSOCIALISMO DO SÉCULO XXI

Michael Löwy

A Revolução de Outubro de 1917 abriu um horizonte emancipador que não se esgotou, apesar das traições, das decepções e, finalmente, da brutal restauração capitalista. Pode-se aplicar à Revolução Russa o que escreveu Kant em 1798 (O Conflito das Faculdades) sobre a Revolução Francesa: "Se o fim proposto por este acontecimento não fosse alcançado agora, se a revolução ou a reforma da Constituição de um povo fracassasse ao final, ou se depois de durar algum tempo, tudo voltasse novamente como era antes (como anunciam alguns políticos) essa pregação filosófica não perde nada de sua força. Esse acontecimento é demasiado grande, está demasiado ligado aos interesses da humanidade e possui uma influência demasiada estendida sobre o mundo e todas suas partes, para que não seja recordada aos povos em qualquer ocasião propícia e evocada para a repetição de novas tentativas desta índole".

Os projetos alternativos do Século XXI não começam do zero: podem apoiar-se nas grandes conquistas do Outubro Vermelho. A Revolução Russa nos ensina que para mudar a sociedade é necessário romper com o capitalismo, estabelecer a propriedade coletiva dos grandes meios de produção e organizar o planejamento da atividade econômica. Isto não quer dizer que não havia limites, problemas e contradições, mesmo nos primeiros tempos heroicos do poder soviético. Em seu folheto, A Revolução Russa (1918) redigido em uma prisão alemã, Rosa Luxemburgo solidarizava-se com os bolcheviques – "que salvaram a honra do socialismo internacional"- mas criticava várias de suas decisões e orientações práticas. Algumas destas críticas – acerca da questão nacional e da distribuição de terras aos camponeses – são bastante discutíveis, porém, outras, em particular sobre a democracia e a liberdade de expressão, são profundamente acertadas. Com intuição profética, Rosa

Luxemburgo previu que a supressão da democracia e das liberdades nos soviets levaria a burocratização e a ditadura. O triunfo da burocracia stalinista a partir de 1924 é a trágica confirmação desta advertência.

Os revolucionários e comunistas do século XXI no podem, entretanto, se limitar em retomar os grandes princípios de Outubro de 1917, em uma versão mais democrática e libertária. Surgiram problemas novos, não previstos nem por Lenin nem por Trotsky – nem tampouco por Rosa Luxemburgo, apesar de sua sensibilidade naturalista. Entre estes problemas, imprevistos e imprevisíveis em 1917/23 a questão ecológica é, quem sabe, a mais importante para uma reformulação, em nossa época, do programa revolucionário. Necessitamos de um projeto comunista alternativo ao capitalismo, mas este projeto tem que incluir, de forma central, a relação das sociedades humanas com o meio ambiente, com a natureza. O marxismo revolucionário é um pensamento e uma prática no processo permanente de transformação, reformulação e desenvolvimento. Limitar-se a repetir, de forma dogmática e mecânica, os escritos de Marx ou Trotsky, ou tratar de copiar as experiências revolucionárias do passado, é um beco sem saída. O mesmo Marx nos dá uma lição, quando transformou profundamente suas concepções do Estado ou do processo histórico em função de novas experiências, como a Comuna de Paris de 1871.

A crise ecológica gerada pelo sistema capitalista criou, em nossa época, uma situação nova que os revolucionários devem considerar. "A Hidra Capitalista", como dizem nossos companheiros zapatistas, é a responsável direta da maior ameaça que a Humanidade conheceu em sua história: a destruição dos equilíbrios ecológicos e, em particular, a mudança climática, o aquecimento global. Trata-se de um processo nefasto que já começou e que poderá levar nas próximas décadas a uma catástrofe sem precedentes na história: elevação da temperatura, desertificação das terras, desaparecimento da água potável, incêndios nas florestas, multiplicação dos furacões, elevação do nível do mar – até que Londres, Amsterdam, Veneza, Shangai, Rio de Janeiro e as demais cidades marítimas fiquem sob as águas.

Como escrevia Daniel Bensaid, o veredito ecológico contra o capital é sem piedade: "Em relação com as regulações da biosfera, a racionalidade parcial do mercado funciona ao lado de uma irracionalidade global crescente. Há um conflito insolúvel entre a temporalidade ecológica e a temporalidade do mercado" (Bensaid, 2000: pp128/130).

A raiz do mal é sistêmica, a causa do desastre é o capital, com sua dinâmica de expansão ao infinito, de produtivismo e consumismo desenfreados. Necessitamos, portanto, projetos alternativos radicais, que alcancem a raiz do problema. Isto é, alternativas anticapitalistas, antissistêmicas que alcan-

cem o coração maléfico da Hidra.

O ecossocialismo – ou ecocomunismo, segundo a terminologia proposta por Daniel Bensaid – é uma proposta alternativa radical que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista (marxista). Sua premissa fundamental é que a preservação de um ambiente natural favorável a vida no planeta é incompatível com a lógica expansiva e destrutiva do sistema capitalista. Não se pode salvar os equilíbrios ecológicos fundamentais do planeta sem atacar o sistema, não se pode separar a luta pela defesa da natureza do combate a favor da transformação da sociedade.

Existe, hoje, uma corrente ecossocialista internacional que por ocasião do Fórum Social Mundial de Belém BR (janeiro de 2009) publicou uma declaração sobre a mudança climática, assinada por centenas de pessoas de dezenas de países. Entre seus precursores encontram-se figuras como Manuel Sacristán (Espanha), Raymond Williams (Inglaterra), André Gorz (França), James O'Connor (Estados Unidos) e entre seus representantes atuais estão o coautor do "Manifesto Ecossocialista Internacional" Joel Konel (Estados Unidos), o indigenista Hugo Blanco (Perú), a ecofeminista canadense Teresa Turner, o marxista belga Daniel Tanuro e muitos outros.

O ecossocialismo dissocia-se de dois modelos inoperantes: 1. A ecologia conformista, que adapta suas propostas ao mercado e busca desenvolver um "capitalismo verde" – uma ilusão nefasta ou, em muitos casos, uma mistificação; 2. A hipótese "socialismo real" (a falida URSS, China, etc...), uma caricatura burocrática do socialismo, baseada em uma imitação servil do aparato técnico capitalista e em um produtivismo antiecológico tão destruidor da natureza como seu equivalente ocidental.

Muitos ecologistas criticam Marx por considera-lo um produtivista. Esta crítica nos parece completamente equivocada. Ao fazer a crítica do fetichismo da mercadoria, é justamente Marx quem realiza a crítica mais radical à lógica produtivista do capitalismo, a ideia de que a produção de mais e mais mercadorias é o objeto fundamental da economia e da sociedade. O objetivo do socialismo, explica Marx, não é produzir uma quantidade infinita de bens, mas reduzir a jornada de trabalho, dar ao trabalhador tempo livre para participar da vida política, estudar, jogar, amar. Assim, Marx proporciona as armas para uma crítica radical do produtivismo e , sobretudo, do produtivismo capitalista. No primeiro volume de O Capital, Marx explica como o capitalismo esgota não só as forças do trabalhador, mas também, as próprias forças da terra, exaurindo as riquezas naturais. Essa perspectiva, essa sensibilidade, está presente nos escritos de Marx, todavia, não foi suficientemente desenvolvida.

É certo, contudo, que muitos marxistas consideram que a tarefa de uma revolução é, unicamente, mudar as relações de produção, que se converteram em obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas. Para os ecossocialistas, necessita-se uma visão muito mais radical e profunda do que deve ser uma revolução socialista. Trata-se de transformar não apenas as relações de produção e as relações de propriedade, mas a própria estrutura das forças produtivas, a estrutura do aparato produtivo. Há que aplicar ao aparato produtivo a mesma lógica que Marx pensava para o aparato de Estado a partir da experiência da Comuna de Paris, quando disse o seguinte: os trabalhadores não podem apropriar-se do aparato do Estado burguês e usá-lo a serviço do proletariado; não é possível, porque o aparato do Estado burguês nunca estará a serviço dos trabalhadores. Então, trata-se de destruir esse aparato de Estado e criar outro tipo de poder.

Essa lógica tem que ser aplicada também ao aparato produtivo, o qual tem que ser, se não destruído, ao menos radicalmente transformado. Este não pode ser simplesmente apropriado pelas classes subalternas e posto a trabalhar a seu serviço, pois necessita ser estruturalmente transformado. Como exemplo, o sistema produtivo capitalista funciona sobre a base de fontes de energia fósseis, responsáveis pelo aquecimento global – o carvão e o petróleo – de modo que um processo de transição ao socialismo só seria possível quando houvesse a substituição dessas formas de energia por energias renováveis, que são a água, o vento e, sobretudo, a energia solar.

Por isso, o ecossocialismo implica uma revolução no processo produtivo, das fontes energéticas. É impossível separar a ideia de socialismo, isto é, de uma nova sociedade, da ideia de novas fontes de energia, em particular do sol. Alguns ecossocialistas falam do comunismo solar, pois entre o calor, a energia do sol e o socialismo e o comunismo haveria uma espécie de afinidade eletiva.

Porém, não basta transformar a estrutura produtiva e os modelos de propriedade, é necessário transformar, também, o padrão de consumo, todo o modo de vida em torno do consumo, que é o padrão do capitalismo baseado na produção massiva de objetos artificiais, inúteis e perigosos. Trata-se de criar um novo modo de consumo e um novo modo de vida, baseado na satisfação das verdadeiras necessidades sociais que é algo completamente diferente das presumidas e falsas necessidades produzidas artificialmente pela publicidade capitalista. Disso, se depreende pensar a revolução ecossocialista como uma revolução da vida cotidiana, como uma revolução pela abolição da cultura do dinheiro imposta pelo capitalismo.

Uma reorganização do conjunto do Modo de Produção e de consumo é

necessária, baseada em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população e a defesa do equilíbrio ecológico. Isto significa uma economia de transição ao socialismo, na qual a própria população – e não as "leis de mercado" ou um Buró Político autoritário – decida, em um processo de planejamento democrático, as prioridades e os investimentos.

Esta transição conduziria, não apenas a um novo modo de produção e a uma sociedade mais igualitária, mais solidária e mais democrática, mas, também, a um modo de vida alternativo, uma nova civilização ecossocialista além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade e da produção, ao infinito, de mercadorias inúteis. O "Bem Viver" da tradição indígena das Américas é uma importante fonte de inspiração para essa alternativa.

O ecossocialismo não é só a perspectiva de uma nova civilização, uma civilização de solidariedade – no sentido profundo da palavra, solidariedade entre os humanos, mas também, com a natureza – é também uma estratégia de luta, desde já, aqui e agora. Não se trata de esperar até o dia em que o mundo se transforme, mas começar desde já, agora, a lutar por esses objetivos. Os indígenas da América Latina, desde as comunidades andinas do Perú até as montanhas de Chiapas, estão na primeira linha deste combate em defesa da Mãe Terra, da Pachamama, contra a Hidra Capitalista.

Assim, o ecossocialismo é uma estratégica de convergência das lutas sociais e ambientais, das lutas de classe e das lutas ecológicas, das lutas indígenas e das lutas das mulheres, contra o inimigo comum que são as multinacionais do petróleo e das mineradoras, o neoliberalismo, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o imperialismo norte-americano, o capital financeiro globalizado. Estas são algumas cabeças da Hidra, que é o inimigo comum dos povos do mundo inteiro.

Levar adiante esse combate é a melhor homenagem que podemos render aos revolucionários de Outubro de 1917.

Michael Löwy é sociólogo e filósofo. É autor, entre outras obras, de "*Ecosocialismo: A Alternativa Radical à Catástrofe Ecológica Capitalista*".
Biblioteca Nueva, 2012, Madrid

Referências

Daniel Bensaid (2000) "Le Sourire du spectre, nouvel esprit du communisme".
Paris, Editions Michalon

ESPAÇOS ECONÔMICOS DE SUBVERSÃO FEMINISTA?(*)

Amaia Pérez Orozco

Subverter o sistema econômico é um exercício chave para conduzir a transição ecosocial em que nos encontramos para um horizonte de bem conviver. Esta subversão deve estar impulsionada pela confluência de uma multiplicidade de perspectivas criticas, entre elas, o feminismo. (1) Este texto percorre algumas das propostas chave de subversão econômica desta perspectiva política. Antes de iniciar, cabe assinalar que são todas as que estão, porém, não estão todas as que são; e que este texto surge de um olhar muito ocidental, branco e urbano. Lança-se com vontade de diálogo: para ser complementado, questionado, decomposto...

1. Subversão da economia

Subverter a economia supõe atuar contra o sistema econômico hoje hegemônico, que se impõe globalmente mediante a violência e a sedução. Essa economia é capitalista, mas não só isso: é também heteropatriarcal, destruidora do meio ambiente, colonialista e racista. É o que, às vezes, optamos por nomear, breve e ironicamente, como essa Coisa escandalosa.

Esta Coisa escandalosa instala-se sobre um conflito estrutural e irresolúvel entre os processos de acumulação de capital e os de sustentabilidade da vida. O negocio faz-se explorando vidas humanas, espoliando a vida do planeta e pondo o conjunto da vida em risco sistêmico de destruição. Para manter à tona este sistema biocida, a responsabilidade de sustentar a vida deriva-se às esferas econômicas invisibilizadas. A vida resolve-se mediante os trabalhos que não existem, realizados nos ambitos que não são econômicos e por protagonistas que não são sujeitos políticos. Essa Coisa escandalosa assemelha-se a um iceberg: no epicentro estão os mercados capitalistas, regidos por

uma lógica de acumulação associada à masculinidade branca e dominados pelo sujeito privilegiado do sistema, o BBVAh (branco, burguês, varão, adulto heterossexual). Na parte oculta estão os processos que sustentam a vida.

Este iceberg gira em torno ao eixo heteropatriarcal e colonialista que define os níveis de visibilidade e os mecanismos de invisibilização.

Subverter a economia não é simplesmente trazer à luz o invisível, mas dinamitar o iceberg. Isto passa, ao menos, por dois movimentos estratégicos. O primeiro é a construção de espaços econômicos onde se assuma uma responsabilidade coletiva em estabelecer as condições de possibilidade da vida, garantindo o respeito aos limites biofísicos do planeta. O segundo é construir outra ideia da vida que merece ser vivida: preencher de significado uma noção do bem conviver que rompa profundamente com a escandalosa noção de bem estar que possuímos hoje e garanta a universalidade e a singularidade como critérios éticos irrenunciáveis.

O caminho para esta subversão requer uma diminuição em um duplo sentido. Por um lado, o decrescimento da esfera material da economia. Na situação atual de colapso ecológico, passar a viver com menos consumo energético e de materiais e menos geração de resíduos não é uma opção, mas um fato, uma necessidade. O que é opcional é como distribuir e enfrentar essa redução. Por outro lado, esse decrescimento metabólico deve ser acompanhado no sentido de que a lógica do crescimento deixe de ser o principio articulador do sistema. Materialmente falando, isso significa retirar o poder e os recursos dos circuitos de acumulação de capital, revisando estruturas como a propriedade privada e o papel do dinheiro. Este ataque à lógica da acumulação incide na parte visível do iceberg. O que fazemos com a parte invisível? Daí outorgamos o sentido primeiro e último da subversão: trata-se de desprivatizar e desfeminizar a responsabilidade de sustentar a vida. Este deve ser o eixo sobre o qual gira uma economia distinta.

A partir disso, nos perguntamos que economia futura imaginamos. Pensamos um sistema socioeconômico futuro que tenha feito as pazes com a bioesfera (2) e no qual o eixo seja a aposta de colocar, coletivamente, as condições de possibilidade de um bem conviver universal e diverso.

Imaginamos uma economia em rede, que responda as diferentes escalas da interdependência, combinando espaços públicos (que não são os institucionais burocráticos de hoje), espaços do comum e de unidades econômicas menores que poderíamos chamar famílias de escolha. Não imaginamos uma economia monolítica, mas diversa, na qual se articulam espaços de produção para o autoconsumo e espaços de intercâmbio monetizados como não monetizados. Imaginamos uma economia descomplexada e relocalizada,

na qual recuperemos o nexo direto entre nossos atos econômicos e suas consequências e avancemos a uma soberania e autonomia econômicas (não autossuficiente nem autárquica). Uma soberania que se entranhe no território corpo-terra (3).

Imaginamos outras economias futuras onde ocorra um duplo processo: um avanço para formas de resolução das necessidades que sejam coletivas e estejam desmercantilizadas, nas quais o dinheiro seja cada vez menos central e as formas de gestão de vida menos individuais. Uma simultânea reorganização dos trabalhos socialmente necessários. Isto requer a liquidação das formas hegemônicas de trabalho atuais (o trabalho assalariado e sua contra face dos encargos feminizados, privatizados e invisíveis) e da divisão sexual do trabalho em que se articulam. Requer definir quais são os trabalhos imprescindíveis para alcançar o bem conviver, construindo outras formas de valorização e partilha em ruptura frontal com os atuais parâmetros capitalistas, antropocêntricos, heteropatriarcais e colonialistas.

Estamos já no caminho para essas outras economias diversas possíveis? A ideia fundamental deste texto é que sim. Na sequência, agrupam-se as propostas e práticas existentes em três níveis: o macro (referente ao conjunto do sistema econômico), o intermediário (que faz referência às instituições econômicas especificas) e o micro (o das vivencias concretas das pessoas).

2. Propostas e práticas de subversão ao nível macro

Neste nível encontramos a resistência à penetração da lógica da acumulação em novos territórios e as novas formas de acumulação por expropriação. Isto passa pela defesa dos comuns, lutando contra o (neo) extrativismo e defendendo os serviços públicos enquanto mecanismos coletivos de gestão dos riscos do viver. Passa pela luta contra os tratados de livre comercio e investimento, os já em vigor e as estruturas que os sustentam (OMC, FMI,...) assim como a nova onda que nos espreita em todos os níveis: global, regional e bilateral (TPP, TISA, TTIP, CETA,...). Passa por desfinanciarizar a economia; desvincular as finanças públicas da lógica financeira e dos ajustes austericídios; desobedecer à legalidade que impõe as prioridades mercantis (imposta via Constituição); ir contra a lógica do déficit zero e desvincular os tempos dos orçamentos públicos dos tempos de mercado.

Uma potente proposta é a auditoria cidadã da dívida. Trata-se de definir que parte da dívida pública é ilegal e que parte é ilegítima em termos sociais (incluindo critérios feministas) e do meio ambiente. Daí não devemos, não pagamos (e não nos devem, não exigimos). Necessitamos, também, identifi-

car e saldar as dívidas históricas contraídas ao longo da história colonialista.

Temos de lutar para que os trabalhos não remunerados deixem de ser o amortecedor invisível de reajuste do sistema. Às vezes não é fácil identificar em que isso se materializa, mas é imprescindível fazer esta denúncia, trazendo à luz o gigante econômico que uma economia heteropatriarcal e racista oculta, evitando que o conflito capital-vida se resolva ocultando-o.

O sistema de indicadores que se supõe nos dá uma fotografia da economia e sua evolução é um aspecto chave. É urgente ter outro sistema que não este feito a imagem e semelhança dessa Coisa escandalosa. O feminismo pode apontar um rico percurso no estabelecimento de sistemas de indicadores não androcêntricos, incluindo a medição e o uso dos tempos.

3. Propostas e práticas de subversão intermediária

As coisas que se estão fazendo e exigindo nesse nível são múltiplas. Mencionaremos, aqui, algumas delas.

3.1 Mercado de trabalho

É enorme o leque de propostas para combater as discriminações trabalhistas múltiplas, que envolvem gênero, status migratório, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade funcional, etc,..., assim como para exigir condições de trabalho dignas. Há lutas concretas e imediatas como, no contexto espanhol, a derrogação das últimas reformas trabalhistas ou, a nível global, que os 164 países que ainda não ratificaram a convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho sobre o trabalho digno para o emprego doméstico, o façam.

A luta principal no relativo ao mercado de trabalho não é o dinheiro, mas a luta contra o trabalhador champignon que pede o mercado: o que não tem necessidades nem responsabilidades de cuidados, mas que acorre emocional e fisicamente são cada dia, plenamente disponível para as necessidades da empresa. Na luta contra esta figura, a exigência dos direitos de conciliação é fundamental. Estes direitos vão se financiar exigindo das empresas capitalistas que paguem pela reprodução da mão de obra que utilizam na forma de contribuições à seguridade social e de impostos progressivos sobre lucros.

Ao lutar por esses direitos temos que manter em mente várias coisas: devem responder a vínculos de cuidados diversos e não somente a família nuclear. Há que evitar que atualizem a responsabilidade das mulheres sobre

os cuidados, ao dirigir-se a elas de direito ou de fato. Temos que impedir, também, que se use para maquiar o conflito capital-vida. Não podem, por exemplo, falar-nos de conciliação para argumentar a favor da ampliação de horários comerciais. Em última instancia, sabemos que a conciliação é mentira. Se uma empresa capitalista permite de verdade a conciliação, já não será rentável, e mais, não será capitalista. Enquanto isso nos manejamos na tensão e arrancamos pedacinhos de vida ao capital, devolvendo-nos a nós mesmos(as).

Uma reivindicação chave é a redução drástica da jornada de trabalho. Assumamos a esta proposta desde um lugar distinto: calculemos o tempo de trabalhos não remunerados que devemos fazer, vamos reparti-lo e vejamos quanto resta para ir ao mercado. Esta redução não pode implicar uma redução da massa salarial, mas sim, uma revisão da estrutura salarial: incremento de salários mínimos, estabelecimento de salários máximos, recolocação do valor dos trabalhos em função de seu aporte aos processos vitais e estabelecimento de critérios coletivos sobre quais diferenças salariais consideram-se legitimas e ilegítimas. Ou deveríamos, inclusive, falar de salários iguais, se é que nossas vidas valem o mesmo?

Lutar por direitos trabalhistas não nos pode confundir com respeito ao objeto de fundo: acabar com o trabalho assalariado enquanto trabalho alienado, submetido à lógica da acumulação e que tem sua face oculta, os cuidados assumidos pela condição feminina. Nosso horizonte é reconstruir a ideia de trabalho e colocar os trabalhos ao serviço do bem conviver. A emancipação não está no emprego; a subversão está na reorganização radical dos trabalhos socialmente necessários.

3.2 Política fiscal e defesa crítica do público

Exigimos uma reforma fiscal profunda e progressiva (mais, lutar contra a fraude e os paraísos fiscais), ao mesmo tempo que introduzimos a eliminação de distorções de gênero como um elemento adicional para definir a progressividade (entre eles, a nãopriorização de umas formas de convivência sobre outras) e que revisamos criativamente seus mecanismos desde uma ótica de sustentabilidade da vida. (4) Apostamos por uma reforma fiscal que priorize impostos diretos sobre indiretos, priorize o capital em relação aos impostos ao trabalho. Uma reforma que garanta a progressividade de todas estas formas impositivas, que redistribua do capital ao trabalho; do trabalho remunerado ao não remunerado; do sujeito privilegiado dessa coisa escandalosa, o BBVAh, ao conjunto social.

Isto vai permitir dispor de recursos monetários coletivos... Para quê? Para fazer uma férrea defesa crítica do público. O Estado do Bem Estar não é o nosso horizonte de luta, porque inclusive em suas mais exitosas versões, sustenta-se sobre a desigualdade internacional, a exploração do meio ambiente e a divisão sexual do trabalho. Porém defendemos o público sim, como a posse de uma responsabilidade coletiva na garantia de certas dimensões do bem conviver. Defendemos a reversão do privatizado (por exemplo, mediante remunicipalização) e a ampliação do público a novas dimensões (como um verdadeiro sistema de promoção da autonomia e atenção à dependência, ou um parque público de moradias com aluguel social). Defendemos a ideia de que há setores estratégicos que devem estar proibidos ao ânimo do lucro.

Defendemos, criticamente, ao menos em três sentidos. É necessário introduzir mecanismos que garantam que o publico não esteja em oposição, mas em conexão direta com o comum e que rompam com uma visão burocrática e hierárquica do que é de todos(as). Criticamente também porque, se bem o público tem uma grande capacidade para tornar real o critério de universalidade, seguidamente o faz ao custo de impor modos de vida padronizados. Necessitamos reconstruir o público garantindo, simultaneamente, a igualdade e a diversidade. Finalmente, criticamente no sentido de imaginar instituições do público, do comum, que ponham em marcha mecanismos de correção de privilégios, que vão além do voluntarismo de cada um e substituem o foco da discriminação ao privilégio.

Ensaiamos modos para conectar as partes de receita e de despesa: orçamentos sensíveis ao gênero, orçamentos com enfoque de bem estar e orçamentos participativos. Estas ferramentas não são simples, nem sempre são igualmente úteis, mas são partes do instrumental que temos disponível.

A aposta pelo público depende da confiança que em cada contexto tenhamos nas instituições. Enquanto que em alguns casos há uma aposta forte por assaltar a política, quando o Estado é uma entidade não só excessivamente distante, mas diretamente inimiga, a aposta pelo público é a aposta pelo comum e não pelo institucional.

3.3 Economia social e solidária

A economia social e solidária é uma aposta fundamental e há mecanismos para promovê-la, desde a compra e contratação pública ao compromisso cidadão cotidiano. Em seu desenrolar, devemos fazer-nos perguntas: em que medida as entidades podem ser sociais e solidárias se não são feministas? O que significa funcionar sob parâmetros feministas? Como usar a ESS,

no marco de uma economia na qual ainda somos escravos(as) do salário sem cair na roda do fomento do consumismo? Usamos a ESS como uma forma alternativa de produzir e também de consumir no coletivo? Que dificuldade tem a ESS para garantir sua sustentabilidade financeira e também sua sustentabilidade reprodutiva? Podem estas entidades responder plenamente as necessidades e responsabilidades de cuidar de seus membros no marco de uma sociedade que não se responsabiliza?

Apostar pela ESS pode e deve ir junto da colocação em circulação de moedas locais/sociais, controladas democraticamente e que devolvam ao dinheiro seu papel como instrumento de troca e não de acumulação. Agora, como vincular valor de uso e valor de troca? Como expressar monetariamente o valor das coisas? O que é o valor? Necessitamos mais pensamento crítico sobre como vincular a abordagem aos processos de sustentabilidade da vida.

3.4 Espaços autogestionados e desmercantilizados

Necessitamos apostar pela proliferação de espaços autogestionados que permitam a resolução coletiva e desmercantilizada das necessidades. Estes espaços são um ambiente chave para ensaiar outras formas de organização dos trabalhos e para nos perguntarmos qual é esse bem conviver que queremos tornar real. Centros sociais, casas ocupadas, bancos de tempo, experiências DIV (do it yourself) ou, melhor ainda DIWO (do it with others); grupos de crianças com assistência compartilhada; lojas grátis, redes de apoio mútuo... São espaços imprescindíveis, a defender e ampliar, por vias também de desobediência à legalidade vigente e/ou da expropriação e do combate à propriedade privada.

3.5 Reforma agrária

A aposta pela reforma agrária envolve a redistribuição da propriedade da terra, na luta contra o latifúndio e em direção à propriedade social. Propõe-se desde a dupla ideia de que a terra não é uma mercadoria, mas um bem comum e de que a propriedade e o uso devem estar subordinados ao princípio de que a terra é para quem a trabalha. Esta luta reconhece o papel das camponesas como (re)produtoras, evitando que fiquem desaparecidas dentro da caixa preta da família camponesa, e reconhecendo seus saberes. A reivindicação da reforma agrária vincula-se à aposta pela soberania alimentar e a agroecologia, assim como ao desafio de por em marcha um processo de retorno à terra da sociedade, que questiona o urbano como o destino indiscutível do suposto progresso, sem cair em uma idealização acrítica do rural.

4. Propostas e práticas de subversão no plano micro

São múltiplas as práticas econômicas que subvertem o sistema desde o

cotidiano e aparentemente pequeno. Subvertemos quando, na desobediência diária ao gênero, incluímos a desobediência às dimensões econômicas da matriz heterossexual. A masculinidade hegemônica junta à autossuficiência mediante a inserção exitosa individual nos mercados. A feminilidade hegemônica segue uma lógica da imolação através do desempenho dos trabalhos residuais que se fazem por amor. Ambas são subjetividades danosas que impedem resolver a interdependência em termos de horizontalidade. Somente desobedecendo-as construiremos uma lógica econômica distinta, que, quem sabe, poderíamos denominar uma lógica ecológica do cuidar (5). Uma lógica que não está nem na ética produtivista da masculinidade branca, nem nas éticas (neo)servis dos sujeitos subordinados ao BBVAh; uma lógica que atualmente não existe como estrutura coletiva, mas vamos inventando nas práticas e subjetividades que desenvolvemos na desobediência.

A erosão da divisão sexual do trabalho em nossas práticas cotidianas é outro caminho chave para a subversão. Sabemos que esta organização perversa dos trabalhos vai muito além da simples cisão entre trabalho remunerado e não remunerado, que tem que ver com a divisão e a valorização dos tempos de vida e que não se resolve mercantilizando o que antes se fazia de graça pelas mulheres. Necessitamos rebelar-nos frente a esta estrutura de casais heterossexuais e em nossas casas, mas, também, em todo outro tipo de relações e espaços de interação (laborais, bairros, políticos, etc.).

No cotidiano construímos outros sentidos do viver bem. É aí onde podemos por em marcha, formas de vida ecologicamente sustentáveis, romper com a roda do consumo, desobedecer à maternidade e o cuidar como destino feminino. É no cotidiano onde podemos por em marcha outras relações de convivência, que combinem a autonomia e a livre escolha junto com assumir um compromisso frente aos momentos difíceis da vida.

São muitas as formas de subversão desde o cotidiano. O passo fundamental é dar um sentido político, transcender a mera prática individual e desconexa. Como desde o feminismo dizemos sempre: o pessoal é político. Não pode haver subversão dessa Coisa escandalosa se não há uma revolução silenciosa da economia do dia a dia. Tampouco pode haver subversão se essa revolução não a chamamos como tal: práticas que rebentem essa Coisa escandalosa desde sua reconstrução sempre inacabada.

5. Reflexões finais

As iniciativas de subversão incluem não apenas reivindicações, mas também práticas inexistentes. Nós que nos encontramos na Europa colonialista,

precisamos prestar especial atenção a Abya Yala (e outros territórios do Sul global). Neles podemos encontrar formas econômicas não plenamente presas nessa Coisa escandalosa. Há mais linhas de fuga que explodem o aperto Estado/empresa privada/família do mundo mal-desenvolvido; a estrutura campo-cidade não está ainda tão decantada a favor do predomínio do urbano. As práticas econômicas de mulheres do povo, camponesas, indígenas e afrodescendentes podem ensinar-nos muito para a consolidação de formas econômicas diversas e para o retorno ao campo de territórios urbanizados sem sustentabilidade.

Finalmente, se a luta durante décadas priorizou a questão dos trabalhos, talvez seja o momento de dar um giro: questionemos a economia pela via de para que servem, ao que respondem esses trabalhos. Não se trata apenas de como dividimos as tarefas a realizar, mas de abrir a pergunta: o que necessitamos ou queremos fazer. Se não nos encarregamos do desejo desde posições subversivas, nosso desejo seguirá se configurando ao longo dos eixos próprios dessa Coisa escandalosa. A pergunta de como tornamos possível à vida envolve uma pergunta prévia: quais são as vidas que queremos sustentar. Quem sabe, esse é o núcleo duro da subversão.

Porque estamos subvertendo, sabemos que é muito dura a violência que se exercerá sobre nós. Perfilam-se nitidamente os fios de continuidade entre as violências capitalista, colonialista e heteropatriarcal. Esta violência se exerce agora e brutalmente: assassinaram Berta Cáceres e Lesbia Yaneth, os feminicídios atravessam tudo. Quem não morre cruzando o Mediterrâneo morre sob a ação da "fera" nos Estados Unidos. A Europa não se envergonha diante de quem congela de frio pedindo um refúgio que é negado. Partindo dos corpos das mulheres como primeiro lugar de expressão, desata-se um espiral biocida que vai absorvendo tudo o que é vivo. Se alguma vez pretendeu maquiar-se, o conflito com a vida hoje é despudorado, por isso a subversão deve ser desde a vida em comum. Porque nos queremos vivas.

Amaia Pérez Orozco é doutora em economia e ativista feminista.

Referências:

Cabnal, L. (2010) "Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistêmico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abua Yala, Feminismos diversos: el feminismo comunitario, ACSUR.

Gómez, L. (2014) "Desde la diputación queremos construir alternativas que garanticen el buenvivir". Propuestas ecofeministas, construyendo vidas que importan. 3/2/2014.

Disponible em: https://youtu.be/EnvaXcATEFg.

Precarias a la deriva (2005) "Precarización de la existencia y huelga de cuidados", em Vara, M.ª Jesús (coord.)

(2005) Estudios sobre género y economia. Madrid: Akal, PP. 104-34.

Riechmann, J. (2006) Resistencia de materiales: ensayos sobre el mundo y la poesía y el mundo. Intervención Cultural.

Notas (*)

*Este texto está baseado na intervenção feita na Mesa Redonda sobrre Economia Feminista realizada no XI Festival de Cultura Feminista, Feministaldia (Donostia/San Sebastián, 14/12/2016). Agradeço enormemente tanto as companheiras de Plazandreok, que organizaram o Festival, como a Silvia Dederici, que me animou a redigir essas palavras.

1) Optamos no texto falar do feminismo, no singular, e não dos feminismos, no plural. Fazemos isso como uma opção estratégica para ressaltar o que nos une, sem que isso implique negar os debates e posicionamentos diversos, inclusive, os conflitos.

2) Parafraseando a Richmann (2006).

3) Como reivindicam companheiras como as feministas comunitárias xinkas (Ver, por exemplo, Cabnal, 2010).

4) Ver, por exemplo, a experiência da Deputação Farol de Gipuzkoa em matéria de imposto de sociedades, explicada por Gomez (2014).

5) Tal como a identificava "Precarias a la Deriva" (2005).

O COMUNISMO EM MOVIMENTO

Catherine Samary

"Quem controla o presente controla o passado,
Quem controla o passado, controla o futuro"
Georges Orwell, 1984

O comunismo, dizia Daniel Bensaid (2010), não é "nem uma ideia pura, nem um modelo doutrinário de sociedade". O que fica é "o nome de um movimento que, sem interrupção, supera/suprime a ordem estabelecida" e questiona todas as relações de dominação. Não se identifica, portanto, esse comunismo com os regimes ou partidos únicos, autoproclamados socialistas ou comunistas que se apropriaram das aspirações emancipadoras e dos movimentos de massas igualitários, reprimindo-os ou freando-os para consolidar privilégios. Como assinala Enzo Traverso (2016): "A diferença de outras épocas de Restauração, como na França depois de junho de 1848 ou após a Comuna de Paris (1871),a época aberta com a mudança de 1989 só podia oferecer aos vencidos a memória de um socialismo desfigurado, a caricatura totalitária de uma sociedade emancipada".

E, no entanto, ... Há que desmistificar a grande mentira de uma pseudo -revolução democrática que havia "posto fim ao comunismo", e voltar – junto às populações afetadas – aos desafios sociais, às causas e mecanismos internos e externos da "grande transformação capitalista" que marca o fim do mundo bipolar. E opor-se à vontade dos dominantes de controlar a interpretação das revoluções passadas de uma forma digna do 1984 de Orwell, para criminalizar as revoltas e revoluções do século XX, reduzindo-as ao gulag para criminalizar melhor as resistências atuais e por vir.

O pior para quem se nega a aceitar o capitalismo como horizonte insuperável seria acompanhar, involuntariamente, esta ofensiva reacionária em nome dos ideais não realizados no século passado. Um dos objetivos centrais desta contribuição é combater a afirmação: "não era o socialismo, portanto, não nos concerne", ou, também, "trata-se de debates superados".

Há que retomar o fio dos debates mais ricos do passado, ligados às experiências revolucionárias, antes ou contra sua stalinização burocrática, atualizando-os à luz da distância histórica de que dispomos e das nossas lutas.

1. A construção do socialismo – rupturas, continuidades e processos permanentes.

Para Lenin e o partido bolchevique dos anos 1920, a URSS era "socialista" apenas em seus objetivos, não em sua realidade imediata: tratava-se de uma sociedade em transição entre o capitalismo e o socialismo, dependente de um processo de "revolução permanente" analisado por Trotsky, caricaturado por Stalin: a análise partia do "desenvolvimento desigual e combinado" das formações sociais da semiperiferia capitalista, como a Rússia, e de sua dependência dos países imperialistas. A transformação socialista de tal sociedade dependia de três processos articulados: o desbordamento da revolução democrática burguesa (Revolução de fevereiro) em ruptura anti-capitalista (outubro) baseado na dinâmica própria das lutas de classes (Mandel, 2016); a radical transformação da velha sociedade em benefício das classes dominadas na direção de uma sociedade sem classes – sem receitas ou fórmulas sobre como -; a extensão mundial da revolução contra o sistema capitalista. É um debate superado? (Lowy, 2000).

Este enfoque extraía todas as consequências de uma análise do imperialismo que supunha uma inflexão do pensamento marxista, que o stalinismo ocultou: analisava-se o capitalismo como um sistema articulado e hierarquizado, e não como uma soma de Estados que deviam percorrer todos eles o mesmo cenário de industrialização. Equivalia a atualizar (e ainda há o que fazer) a inicial consideração assumida por Marx das resistências que emergiam nas margens do Império Britânico (Anderson, 2010).

Porém, num contexto de isolamento da revolução, depois dos grandes processos stalinistas, Stalin decretou que a URSS se havia convertido numa sociedade socialista sobre a base da coletivização forçada da URSS (com todas as dimensões de opressão nacional gran-russa) e do início do planejamento centralizado. As medidas repressivas adotadas por Lênin durante a guerra civil iriam cristalizar, apesar de seus últimos combates (Lervin, 1970), em um sistema stalinista totalitário.

É impossível compreender o mundo dos séculos XX e XXI sem considerar os danos políticos, socioeconômicos, ideológicos de longo alcance produzidos pelo stalinismo na URSS e, em geral, por todos os fenômenos de burocra-

tização das revoluções, mas também se pensamos que a revolução acabou devido a contrarrevolução stalinista.

Diante da ascensão do fascismo e dos comportamentos dos PCs, Trotsky concluiu que a Internacional Comunista, sob controle de Stalin, estava morta e decidiu, junto com seus camaradas, criar a IV Internacional no final dos anos 30 – antes, inclusive, de que Stalin decidisse substituir o Comintern por uma simples Oficina de Informação. Este ato materializava a realidade de um giro estratégico: daí em diante a transformação socialista mundial ficava subordinada a "construção do socialismo num só país". Os PCs deviam popularizar de forma apologética os êxitos soviéticos e evitar qualquer desbordamento anticapitalista por medo que isso fosse atribuído a URSS – o que atrapalhava suas negociações de repartição do mundo entre as grandes potencias, pelas costas dos povos, como em Yalta. Ainda que a URSS aportasse ajuda aos combatentes do franquismo, eles eram combatidos e assassinados pelo Kremlin se fossem além da luta antifascista, como mostrou Ken Loach em seu filme Terra e Liberdade.

Ainda que o reformismo dos partidos comunistas fosse crível no contexto da reconstrução dos países do centro capitalista após a guerra, os comunistas yugoslavos não quiseram o plano Marshall e não se sujeitaram aos acordos de Yalta. A revolução chinesa, também, não respeitou os limites de um utopismo que a radicalidade das confrontações sociais e políticas tornava impraticável. Todas essas revoluções foram, com cronologias e cenários diferentes, fontes de grandes crises da hegemonia stalinista soviética no mundo comunista, sem que por isso pusessem fim ao substituísmo do partido único que falava em nome dos trabalhadores, nem ao burocratismo, males que afetam a todo o movimento operário, inclusive ao revolucionário.... (Toussaint, 2017).

A revolução yugoslava teve um impacto continental imediato e direto na esfera de influência do Kremlin (como demonstrou a popularidade dos projetos da confederação balcânica). Por isso Stalin decidiu excomungar" o "titismo" em 1948, caluniando-o – e impondo um expurgo nos PCs. Porém enquanto Mao reivindicava Stalin contra Kruschev, ao radicalizarem o apoio às resistências ao imperialismo, os comunistas yugoslavos reivindicavam Marx e a Comuna de Paris contra Stalin, introduzindo a autogestão em 1950. Esta singularidade abriu as portas a uma experiência de grande riqueza cujo balanço e conhecimento devemos nos apropriar de maneira plural (Samary, 2010).

A realidade da extensão da revolução acentuou a inclinação dos Estados Unidos: apresentando-se, inicialmente, como anticolonialistas para rivalizar com as velhas potencias europeias, adotaram, a partir disso, o perfil guerreiro de "defensores do mundo livre". O medo ao comunismo foi autorrealizador

em Cuba, onde o intervencionismo estadunidense radicalizou o processo revolucionário até a ruptura anticapitalista e a aproximação à URSS em 1962. Mas a luta contra o comunismo foi, também, o motivo explícito da intervenção dos Estados Unidos no Vietnam depois da derrota francesa. Esse foi, nesse século, "o eixo do mal" que legitimava as guerras imperialistas supostamente civilizadoras, reforçando, dessa forma, o transcrescimento das lutas anticoloniais na direção do antimperialismo.

Mehdi Ben Barka (1965), o dirigente marroquino, presidente do comitê preparatório da Conferência Tricontinental (assassinado antes de sua realização em Havana, em 1966) (Galissot, 2005; Bouamama, 2016) resumia qual era em sua opinião o alcance histórico desta conferência: estariam representadas nela "a corrente surgida com a Revolução de Outubro e a da revolução nacional libertadora". A Revolução Cubana encontrava-se na confluências destas duas correntes. Esta conferência foi muito mais importante e politicamente radical que a de Baudung, que os estudos pós coloniais sobrevalorizaram injustamente (Young, 2005). O chamamento de Che à Tricontinental, no ano seguinte, - "criar um, dois, três Vietnam"- sublinhava sua dinâmica: tentar vencer a agressão imperialista e estender a revolução, o que estava no oposto da "coexistência pacífica" entre sistemas, pretendida pelo Kremlin.

Said Bouamama recorda o impacto desta conferência contra o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo tanto no Terceiro Mundo como no coração das potencias imperialistas, que enfrentavam o ascenso do movimento anti-guerra e a radicalização de todos os componentes do movimento negro estadunidense e, também, as franjas revolucionárias do maio de 1968 na França. Este impacto sente-se, também, até em Belgrado, em julho de 68, com o ápice das greves e ocupações de faculdades onde circulavam textos do Maio de 68 francês, assim como fotos de Che Guevara e palavras de ordem a favor da vitória da FNL vietnamita. A isso, acrescentavam-se reivindicações – "autogestão de baixo a cima!" e contra a "burguesia vermelha", influenciadas pelas críticas dos educadores marxistas da revista "Praxis", contra o "socialismo de mercado". Durante essa época, na Tchecoslovaquia, os conselhos operários apoiados pela ala autogestionária do PC e dos sindicatos, resistiram aos tanques soviéticos, após a Primavera de Praga "por um socialismo de rosto humano". Os anos 68 (Contretemps, 2008) no mundo foram marcados por essa "dialética da revolução mundial" (Quatrienne Internacional, 1963) e a radicalidade das confrontações.

2. Da extensão das revoluções a restauração capitalista, que lições?

A chamada contrarrevolução neoliberal iniciada nos anos 1980 foi uma resposta a tudo que ameaçava de maneira estrutural ao sistema-mundo capitalista na década precedente. Porém, não se analisa plenamente fazendo uma abstração do confronto real nos anos 70 entre dois sistemas, ambos atravessados por grandes contradições. Da mesma forma, não se pode compreender a radicalização da contrarrevolução e guerra social mundializada sem o giro de 1989 e a inserção da Rússia e da Europa do leste no sistema-mundo capitalista – que permite a concorrência mundial da força de trabalho -. A alternativa entre socialismo ou barbárie é mais atual que nunca, em condições radicalmente transformadas que impõem retomar o debate estratégico (Samary, 2016).

Nesta mudança de período, há que sublinhar a pouca nitidez do balanço de uma parte importante da nomenclatura comunista na consolidação de seus privilégios por meio das privatizações e sua transformação em burguesia de perfil compradora na Europa do leste e, inclusive, na Rússia de Yeltsin, diferente da emergência de novas potências imperialistas na China (Au hong Yu, 2010) ou na Rússia de Putin (Samary, 2015). Estas últimas, acentuando as dimensões multipolares do mundo capitalista, não atenuam em nada a concorrência globalizada da força do trabalho, sem precedente histórico.

A análise concreta do cenário das privatizações dos anos 1990 permite medir até que ponto, sobre tudo na URSS:

a.) o dinheiro não funcionava antes como capital suscetível de ser acumulado: os desequilíbrios (e filas) expressavam uma má produção de valores de uso, sem sanção mercantil das empresas (sem quebras) e dos trabalhadores (sem desemprego), sem sequer uma contabilidade real de custos e sem mecanismos mercantis de ajuste e de decisões de investimento.

b.) O partido/Estado não era nem o proprietário legal nem o proprietário real dos meios de produção que os dirigentes do aparato não podiam gestionar e transmitir livremente: uma das funções essenciais da "privatização massiva" sem capital foi, através da distribuição de ações gratuitas aos trabalhadores para "dar-lhes o que lhes pertencia", permitir a apropriação privada pelo Estado do essencial da indústria. Para se falar de maneira pertinente de formas burocráticas de capitalismo de Estado, na China ou na Rússia, será muito depois de 1989. Foram acompanhados da modificação radical do funcionamento do dinheiro como capital e das relações mercantis,

sobretudo, o questionamento da situação de proteção da força de trabalho no antigo sistema. Observações que reforçam o ponto de vista expresso por Antoine Artous (2015: p.24) contra a tradição althusseriana nos debates contemporâneos entre marxistas sobre o Estado capitalista, obviando a análise das relações mercantis.

Na Rússia, quando a acumulação de capital produzia-se de forma cinzenta por cortes das partes exportáveis da indústria e colocação dos lucros em paraísos fiscais, o caráter dominante das relações de troca entre empresas, com pouco desemprego, manteve-se até a crise de 1998, mostrando sob a forma de crise a persistência de antigas relações planejadas e a importância do "salário social" não monetário (alojamentos, creches, economatos, serviços de saúde, etc.), associado ao emprego degradado nas grandes empresas.

O caso yugoslavo permite, também, distinguir, por uma parte, reformas que introduzem mais ou menos mercado desde 1950 mas que, até a última Constituição de 1973 em vida de Tito, ampliam os direitos autogestionários; e por outra parte, as reformas de 1989 para destruí-los e desmantelar a propriedade social. Assim mesmo, a análise concreta de lógicas contraditórias ou, inclusive, tendências à restauração capitalista nas reformas dos anos 1960, deve ser distinguida da restauração capitalista efetiva, sem proteção de outro Estado.

Enfim, a análise concreta permite circunscrever as diferenciações da burocracia oscilando entre as classes fundamentais e os contextos de uma integração na ordem capitalista, processos que afetam também as organizações políticas e sindicais de esquerda no seio do sistema capitalista, desafios sempre atuais.

3. Grandes debates econômicos sobre o planejamento autogestionário: qual gestão dos comuns

É significativo que este conceito de sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo, utilizado pelos marxistas dos anos 1920 na URSS (Bukharin et. Al., 1972) antes do stalinismo, reaparecesse em ruptura com conceitos apologéticos stalinistas de sociedade socialista sem conflitos: pode-se encontrar nas análises das contradições da propriedade social pelos marxistas yugoslavos (Supek, 1973; Kardelj, 1976); mas também nos escritos de Che Guevara (1965). É utilizado por Ernest Mandel (1970) ou Charles Bettelheim (1972) como podia sê-lo por Bukharin e Preobrajensky, apesar de

quais sejam suas divergências sobre o lugar do mercado que sobrevive em um marco não capitalista. (1)

Em suma, as chamadas sociedades de transição ao socialismo foram analisadas, por todos os pensadores citados, como conflitivas e frágeis em determinado momento, submetidas a pressões capitalistas externas e internas, herdando diferentes formas jurídicas de propriedade, sem que o futuro estivesse garantido. Para todos, uma restauração capitalista era possível, ainda que não estivessem claros os cenários, aquele que se realizou, produziu-se em um contexto sem precedente histórico (Samary, 2008 a): é um espaço teórico de reflexão e de análise pertinente.

Todos os pensadores marxistas citados afirmavam sua adesão aos objetivos comunistas, porém, tinham entre eles divergências sobre os meios para alcançá-los nos contextos específicos. Um avanço socialista se mediria pelo domínio coletivo das grandes decisões pelos trabalhadores (sem clareza sobre os meios) no terreno de adequação dos valores de uso produzidos conforme as necessidades. O que colocava, também, a questão do cálculo econômico do "gasto de trabalho socialmente necessário" adequado aos critérios desta sociedade, como sublinhava Bettelheim (Samary, 1988), sem resposta definitiva neste tema.

A noção de sociedade em transição do capitalismo ao socialismo deveria ser atualizada em vários planos. Por uma parte, há que combater uma visão etapista que cristalizaria em diferentes estágios: como dissemos muitas vezes, se a finalidade comunista não está presente desde o início, haverá poucas possibilidades de aproximar-se dela. A satisfação das necessidades hoje deve integrar a priori os conhecimentos e a consciência dos desafios ecológicos sobre o esgotamento dos recursos do planeta e a exigência de não destruí -los – o que impõe questionar uma visão do comunismo como sociedade de abundância, sem cálculo ou gestão de seus bens escassos -. O uso de preços (e, portanto, de moeda) pode ser útil de forma duradoura - porém sobre a base de rendas igualitárias – para regular o uso de alguns recursos, sem transformá-los por isso em mercadoria. Enfim, o questionamento, mais atual que nunca, da dominação do reino do dinheiro e das relações mercantis e a necessidade de por o valor de uso dos bens e serviços no centro das decisões planejadas, não significa que possa prescindir de um mercado socializado (sob controle social plural) dos bens e serviços, como foi assinalado por Diane Elson no debate entre Ernest Mandel e Alec Nove (Samary, 1997).

É necessário, também, retomar e atualizar o grande debate cubano (Mesa-Lago, 1971; Mandel, 1987) sobre os incentivos materiais ou morais. Situou-se em 1963/1964 no contexto das reformas mercantis defendidas na URSS por Liberman e na Tchecoslovaquia por Ota Sik, propondo uma autonomia contábil nas empresas e uma responsabilização dos direitos, combinada com prêmios nos casos de redução dos custos de produção. Bettelheim os apoiava, considerando que o nível das forças produtivas não permitia um domínio real do planejamento centralizado. Che Guevara opunha-se: por uma parte, no caso concreto de Cuba, estimava que o país era suficientemente pequeno

para um planejamento centralizado fosse operacional; mas, sobretudo porque era contrário aos estímulos monetários desagregadores das solidariedades e dos objetivos socialistas. Ernest Mandel apoiava-o, sublinhando, como Che, a necessidade de introduzir, além das recompensas morais, incentivos materiais mas não monetários que estimulem a cooperação entre trabalhadores (melhoras comuns concretas de condições de trabalho ou de vida, por exemplo).

As dinâmicas e contradições das reformas defendidas por Ota Sik foram verificadas depois (Samary, 1988). Porém, o importante é que na Tchecoslovaquia existia, efetivamente, uma terceira via (a ala autogestionária do PC e dos sindicatos), inspirada pelos debates yugoslavos, ausente no debate cubano. Os marxistas yugoslavos da revista Praxis, no final dos anos 1960 (Palmier, 1973; Samary, 2008 b) propunham:

a.) a organização de comunidades de interesses autogestionárias de produtores, usuários e responsáveis do Estado afetados por um bem ou serviço específico (escolas, creches, hospitais, estradas): deveriam gerir, conjuntamente, a produção e o uso do referido bem ou serviço com base ou em um fundo atribuído ao nível territorial adequado, alimentado por contribuições sociais. Isto punha em questão um ponto de vista da autogestão adotada, unicamente, da visão dos produtores;

b.) a introdução de um planejamento autogestionário em diversos níveis territoriais sobre a base de uma cooperação entre unidades de base de trabalho associado", ampliando o horizonte de gestão da propriedade social contra o estatismo e o horizonte limitado da empresa ou da propriedade de grupo;

c.) o estabelecimento de câmaras de autogestão, em nível local, republicano e federal, junto aos parlamentos, dando aos autogestionários um espaço político de elaboração e de controle dos grandes objetivos planejados.

O conjunto destas propostas pretendia criar marcos de gestão comum da propriedade social, nos diferentes níveis em que se tornaria concreta; uma abordagem que entra em ressonância com os atuais debates sobre os comuns.

Catherine Samary é economista, feminista e membro da Quarta Internacional.

Nota

(1) Bettelheim manteve-se durante muito tempo próximo aos planejadores soviéticos. Nos anos 1960 aproximou-se das posições de Liberman ou de Ota Sik na Tchecoslovaquia contra Che e Mandel. Depois, acercou-se ao maoísmo da revolução cultural e rompeu com Cuba. Na obra Cálculo Econômico e Formas de Propriedade assinala (p.7) "retificações conceituais em curso de elaboração, sem que este processo esteja suficientemente 'acabado'," diz, para que modifique esta obra tão importante.

Referências:

Au Long Yu (ed.) (2012) China's rise: strength and fragility.
Amsterdam: Resistance Book and IIRE, Merlin Press.
Anderson, K. B. (2010) Marx at the Margins, on nationalism, ethnicity and non-Western Societies.
Artous, A. (ed.) (2015) Nature et forme de l'Etat capitaliste. Analyses marxistes contemporaines.París, Syllepse.
Bensaïd, D. (2010) "Potencias del comunismo". Bettelheim, C. (1972) Cálculo econômico y formas de propriedad. Madrid: Sigilo XXI.
Bujarin, N., Préobrazhenski, E., Trotsky, L. ET AL. (1974) El debate soviético sobre la ley del valor. Madrid: Comunicación.
Bouamama, S. (2016) La Tricontinentale. Les peuples du tiers-monde à l'assaut du ciel. Ginebra-París: Ed. Du Cetim y Syllepse.
Contretemps (2008) 1968. Un monde en revoltes.
Galissot, R. (2005) "Mehdi Bem Barka et la Tricontinentale". Le Monde Diplomatique,octubre.
Guevara, Che (1965) El socialismo y el hombre en Cuba.
Kardelj, E. (1976) Les contradictions de la propriété sociale dans le système socialiste. París Anthropos.
Lewin, M. (1970) El último combate de Lenin. Barcelona: Lumen. – (2006) El siglo soviético. Barcelona: Crítica.
Löwy, M. (2000) "L'actualité de la révolution permanente". Inprecor, nº 449-450.
Mandel, D. y Le Balnc, P. (2016) October 1917, Workers in power. Londres: Merlin Press.
Mandel, E. (1970), "Du nouveau sur la question de la nature de l'URSS. Lutte entre la 'loi de la valeur' et 'la logique du plan'". Quatrième Internationale, nº 45, septiembre.
Mandel, E. (1987), Le grand débat économique à Cuba, 1963-1964. Disponible em El gran debate sobre la economia en Cuba, de Ernesto Che Guevara et al., Ed. de Ciencias Sociales, La Habana, 2004.
Mesa-Lago, C. (1971) "Le débat socialiste sur les stimulants économiques er moraux à Cuba". Annales, Economies, sociétés, civilisations, nº 2, volumen 26.
Quatrième Internationale (QI), archives numérisées. – (1961) Textes du Congrès mondial de janvier 1961. Fundamentalmente, thèses sur la révolution conoliale - Textes du Congrès mondial de 1963, notamment "la dialectique de la révolution mondiale"

¿Qué Estrategias?
Samary, C. (1989) Plan, marché et démocratie Amsterdam: IIRE
- (1997) "Les conceptions d'Ernest Mandel sur le socialism".
- (2008a) "La grande transformation capitaliste em Europe de l'Est".
- (2008b) "Du juin 1968 yougoslave aux impasses Du titisme" número especial 1968: Un monde en révolte de la Revue Contretemps.
- (2010) "L'autogestion yougoslave pour une appriopriation plurielle de bilans". Traducido por Viento Sur.
- (2015) "Del corto siglo soviético a la Rusia de Putin". Viento Sur.
- ((2016) Contribution au débat sur la situation mondiale et l'impérialisme aujourd'hui.
Supek, R. (Ed.) (1973) Etatisme et autogestion, bilan critique du socialisme yougoslave. Athropos.
Toussaint, E. (2017) "Lenin y Trotsky frente a la burocracia y Stalin".
Traverso, E. (2016) Mélancolie de gauche. París: La Découverte
Young, J.C.R. (2005) "Postcolonialism: From Bandung to the Tricontinental". Historein, Vol 5.

CALENDÁRIO

DATAS DO SEMINÁRIO

01 DE SETEMBRO – SEXTA-FEIRA - 1º DEBATE
– A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917

28 DE SETEMBRO – QUINTA-FEIRA - 2º DEBATE
– CRISE DO CAPITALISMO - CRISE CIVILIZATÓRIO

26 DE OUTUBRO – QUINTA-FEIRA - 3º DEBATE
– NOVAS ESTRATÉGIAS DO SÉCULO XXI

23 DE NOVEMBRO – QUINTA-FEIRA - 4º DEBATE
– PARTIDO E NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

14 DE DEZEMBRO – QUINTA-FEIRA - 5º DEBATE
– REFLEXÕES SOBRE O SOCIALISMO

SEMPRE ÀS 19H, NO AUDITÓRIO DO SINDBANCÁRI@S
RUA GEN. CÂMARA, 424 – CENTRO HISTÓRICO – PORTO ALEGRE.

Já confirmaram presença em uma das cinco edições os e as convidadas/os: Céli Pinto, Raul Pont, Eduardo Mancuso, Miguel Rossetto, Nalu Faria, Enéas de Souza, Margarida Salomão, Flavio Koutzii, Tatau Godinho, Tereza Campello, Paulo Visentini, Aniger Ribeiro e Carlos Henrique Árabe.

Nossos Contatos:

Sofia Cavedon
Email: mandatosofia.cavedon@gmail.com
Twitter: @sofiacavedonPT
Facebook: SofiaCavedon
Blog: www.sofiacavedonpt.blogspot.com.br
Fones: (51) 3220.4263 / 4265

Jeferson Fernandes
E-mail: jeferson.fernandes@al.rs.gov.br
comunicacaojf@gmail.com
Twitter: @DepJeferson
Facebook: Jeferson Fernandes
Site: http://www.jefersonfernandes.com.br/
Fone: (51) 3210.2470

Elvino Bohn Gass
E-mail: bohngass@bohngass.com.br
Twitter: @BohnGass
Facebook: fb/bohngass13.com
Site: www.bohngass.com.br
Fone: (51)3023-3922 (PoA),
(55)3512-1391 (Sta. Rosa),
(61)3215-5469 (BSB)

Pepe Vargas
E-mail: dep.pepevargas@camara.leg.br
Twitter: : @SigaPepeVargas
Facebook: www.facebook.com/sigapepevargas
Site: www.pepevargas.com.br
Fone: (61) 32155858